



Políticas Públicas do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca

Ricardo Queiroz Pinheiro

Junho/2020

AULA 3

Histórico das Políticas do Livro e Leitura no Brasil

LIVRO E LEITURA

“A compreensão de que a história dos livros e da leitura requer que se focalize atentamente a tensão entre o poder do livro sobre o leitor e a liberdade e inventividade deste último na produção de sentidos no contato com os textos.”

Roger Chartier

Livros, lugares, pessoas

- ✓ Políticas do livro e leitura implicam em livros, em lugares onde eles são armazenados e circulam, em pessoas que lidam com os lugares e com os livros e que protagonizam os processos de formação de leitores. É preciso dizer que a relação entre esses fatores mudaram nos cinco séculos de nossa história.
- ✓ A ideia é entender as suas dinâmicas, mudanças e andanças, e localizar os elementos em comum, os avanços, os retrocessos dentro das várias etapas e momentos da história das políticas públicas de leitura no Brasil. Não esqueçamos: livros, lugares e pessoas.

Poucos livros, lugares para poucas pessoas

- ✓ Como indica Milanesi (1997), durante quatro séculos, o registro das informações se efetuou basicamente com o concurso da imprensa: livros, revistas e jornais eram os únicos veículos que disseminavam informações junto às bibliotecas. As instituições do livro e leitura, ao invés de serem identificadas como os lugares da leitura, ficaram marcadamente conhecidos como os lugares dos acervos, de acesso geralmente restrito a uma minoria. A maioria das pessoas estava ausente da fruição, dos direitos e de qualquer participação nos processos decisórios.

Colônia 1

- ✓ Nos primeiros anos de colonização, os livros e as bibliotecas ficavam circunscritos a uma minoria assistida pelas missões religiosas, especialmente a **Companhia de Jesus** dos padres jesuítas
- ✓ Em paralelo, havia os movimentos dos leitores para driblar a censura do Estado e da Igreja

Colônia 2

- ✓ Foram trezentos anos de domínio das bibliotecas e da circulação de livros monopolizados pelas missões religiosas, com as raras exceções de bibliotecas particulares contendo assuntos mais diversos, quase sempre alvos de censura, restrições e controle por parte da Igreja e do Estado. A ideia de circulação e de acesso de livros não existia oficialmente no Brasil colonial para além do domínio da Coroa e da Igreja. O domínio sobre a leitura e os leitores e as restrições muito peculiares eram a regra.

Quinhentismo

- ✓ Na época do Quinhentismo Brasileiro, Padre José de Anchieta, funcionário da Companhia de Jesus e missionário, possuía um projeto educacional ligado à moral cristã e seus textos evangelizadores como autos e poesias tiveram eficácia no processo de expansão da fé e no abrandamento dos instintos de colonos rebeldes
- ✓ Seus ecos, no entanto, foram calados no século XVIII quando o Marquês de Pombal, administrador no governo de Dom José, resolveu aplicar políticas racionais oriundas do iluminismo francês e então expulsou os jesuítas da colônia, proibiu o ensino religioso e substituiu nomes tupis de cidades por nomes religiosos.

Leitura na Colônia

- ✓ No processo de impressão do livro no Brasil Colônia fundamentou-se um privilégio de leitura concedido para integrantes da elite econômica e clerical, desde que nascidos homens;
- ✓ Segundo Moraes (2009), no período colonial os livros eram adquiridos pelas pessoas fora de nosso território, em geral na Europa, já que a tipografia por aqui era proibida e existiam raríssimas livrarias;
- ✓ Às mulheres, mesmo pertencentes à classe dominante, eram destinadas obras de caráter pedagógico-educativo e o país ou irmãos mais velhos ou nada.

Império 1

- ✓ Constituição de 1824: limitou-se a estabelecer que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”
- ✓ 1827 – Lei para a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos. Deixado ao encargo das províncias, o ensino primário era pouco difundido pois havia pouco dinheiro para manutenção, os escravos eram proibidos de frequentar a escola

Império 2

- ✓ A primeira biblioteca de acesso público foi a **Biblioteca de Salvador**, iniciativa de um senhor de engenho chamado Pedro Romão Castelo Branco, em 1811, com finalidade educativa, para promover a instrução do povo;
- ✓ A **Real Biblioteca do Rio de Janeiro (hoje Biblioteca Nacional)** foi trazida de Lisboa em 1808, mas foi aberta ao público apenas em 1814;
- ✓ a fundação, em 1818, por decreto de D. João VI, do Museu Real e na transformação da Escola em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na década de 1830.
- ✓ **Gabinete de Leitura Português** biblioteca associativa que foi fundado em maio de 1837 por uma associação de emigrantes portugueses residentes na cidade do Rio de Janeiro.

Império 3

- **Gabinete de Leitura Português:** biblioteca associativa que foi fundada em maio de 1837 por uma associação de emigrantes portugueses residentes na cidade do Rio de Janeiro. Converteu em espaços de sociabilidade para os cidadãos falantes da língua portuguesa no Rio de Janeiro. Assim, a consolidação de um caráter identitário da cultura portuguesa na formação do acervo objetivava consolidar os ideais de manutenção de uma memória lusitana na cidade;
- No período anterior e pós independência, destacamos: o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1838), a Biblioteca da Associação Germania (1821), o Gabinete Inglês de Leitura (1826), a Biblioteca Fluminense (1847) e a Biblioteca da Imperial Associação Tipográfica Fluminense (1854).

A República Velha 1

- O conturbado início da República no Brasil, que alternou golpes militares e insurgências, teve como um dos avanços a Constituição de 1891. Uma das grandes novidades foi a instituição do sufrágio universal, em substituição ao voto censitário do Império (não esquecendo, que o termo “universal”, naquele momento, só incluía o gênero masculino) e, com ele, a necessidade de pessoas alfabetizadas para votar;
- O **direito à educação** foi disciplinado nos artigos 35 e 72 da Constituição de 1891, daí a obrigatoriedade do ensino em massa;
- Após a proclamação da República, os livros de leitura foram marcados pela agitação da modernidade no país. Além da função de comprometerem-se com a nação, os livros carregam outra missão: divulgar e criar os símbolos e metáforas da nova imagem do Brasil em desenvolvimento

A República Velha 2

- ✓ A literatura infantil brasileira nasce ao final do século XIX.
- ✓ Antes das últimas décadas dos oitocentos, a circulação de livros infantis era precária e irregular, representada principalmente por edições portuguesas.
- ✓ O surgimento desse novo gênero, no final do século, vem ao encontro dos ideais republicanos, que pretendiam formar a imagem de um Brasil em processo de modernização

A República Velha 3

- ✓ Foi durante o período republicano , principalmente de 1930 em diante, que se construiu o sistema educativo brasileiro.
- ✓ Apesar do aumento das demandas por serviços públicos nas cidades, a criação de serviços voltados ao livro e à leitura não acompanhou o ritmo de crescimento dos centros urbanos. Oliveira (1994) afirma que foram criadas vinte e sete bibliotecas públicas entre 1890 e 1930 em estados e municípios.
- ✓ As bibliotecas públicas sofriam com a crônica falta de verbas e com acervos pequenos, pobres e desatualizados, além de inexistir legislação social e política pública para educação e bibliotecas.

A República Velha 4

- De acordo com Sauden (2000, p.53), em 1912, surgiu dentro da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, o primeiro curso de formação de bibliotecários, com nítida influência dos cursos estadunidenses e com quase nenhuma adaptação à realidade brasileira;

Políticas Públicas para o Livro e Leitura

- Três tristes tradições caracterizam a história da política cultural no Brasil: **ausência, autoritarismo e instabilidade** (RUBIM, 2003).
- Podemos falar que as políticas para a cultura no Brasil, com intervenção incisiva do Estado, acontece durante o primeiro **governo Vargas**. Foi o tempo da construção de instituições voltadas para setores onde o Estado não atuava (CALABRE, 2007). Neste período se instaurou o que podemos chamar da primeira política pública sistemática e em âmbito nacional para o livro e a leitura.
- O advogado mineiro **Gustavo Capanema** e o escritor e intelectual paulista **Mario de Andrade** têm um papel importante nessa história.

Nova Escola e o Ministério da Saúde e Educação

- O movimento da Nova Escola que nascera na Europa no final do século XIX, criado pelo suíço Adolpho Ferrière, aqui no Brasil, surgiu liderado pelo intelectual baiano Anísio Teixeira, mas que contou também com educadores como Fernando Azevedo, Jorge Sampaio Doria, influenciado pelos educadores estadunidenses William H. Kilpatrick e John Dewey. Inspirada em princípios bastante diferentes da escola tradicional, principalmente pelo aporte trazidos pela psicologia e sociologia;
- O movimento ganhou impulso na década de 30, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova que defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita.

Mário de Andrade

- O **Departamento de Cultura de São Paulo**, criado por **Mario de Andrade** e auxiliado por **Sergio Milliet** e **Rubens Borba de Moraes**, em 1935. No período de três anos em que comandou o Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade estruturou várias linhas de programas, envolvendo memória, música, folclore, leitura, cinema.
- Na área do livro e leitura, instituiu projetos importantes que influenciam, até o presente, várias ações de formação de leitor nos estados e municípios brasileiros,
- O início da construção do edifício da **Biblioteca Municipal de São Paulo**, os primeiros parques infantis, o ônibus biblioteca e as bibliotecas infanto juvenis, sob a direção de **Lenyra Fraccaroli** entre outros.

Gustavo Capanema

- Para enfrentar o desafio da erradicação do analfabetismo e construir uma política nacional para a Educação, foi criado, no início da década de 1930, o Ministério da Educação e Saúde, o primeiro ministro foi Francisco Campos, quem o sucedeu foi Gustavo Capanema;
- a partir deste momento o Estado centralizou todas as iniciativas em amplos setores, facilitando as medidas de reformas modernizadoras que implicavam numa intervenção estatal crescente no campo cultural, onde enfatizou a figura de Capanema que procurou estreitar e reforçar os laços entre a cultura e as instituições federais.
- O Ministério da Educação e Saúde deu início ao que podemos chamar de primeira política pública sistemática em âmbito nacional para a cultura. No pacote das políticas culturais e educacionais do Ministério, o setor do livro e leitura foi contemplado com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que teve como principal finalidade estabelecer uma ação condutora das políticas de Estado para o setor

Instituto Nacional do Livro 1

- ✓ O **Instituto Nacional do Livro** foi criado em 1937, através do Decreto-Lei 93. Seu objetivo inicial foi **difundir a cultura luso brasileira**, produzindo e distribuindo obras esgotadas e lançando **livros de autores contemporâneos**, **a elaboração de uma enciclopédia e dicionário nacionais** e, finalmente, a expansão do número de **bibliotecas públicas**
- ✓ A história da produção e circulação de livros no Brasil não pode ser compreendida sem se considerar a criação e a atuação do Instituto Nacional do Livro (INL). Fundado por meio do decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937, através da transferência do Instituto Cairú que havia sido criado em janeiro daquele ano, ao Instituto Nacional do Livro caberia à função de contribuir direta e eficientemente para o desenvolvimento cultural do país.

Instituto Nacional do Livro 2

- ✓ **Criação e consolidação (1937-1945)** – Gestão Augusto Meyer – lançamentos de livros, expansão das bibliotecas públicas e seus respectivos acervos;
- ✓ **Incremento às atividades editoriais (1946-1961)** – segunda gestão de Augusto Meyer - neste período foram lançados a **Campanha Nacional do Livro e Serviço Nacional de Bibliotecas**
- ✓ **Ação cultural e segurança nacional** – terceira gestão de Augusto Meyer (1961-1967) e General Humberto Pelegrino (1967 a 1970) – criação da **Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED)** em 1966, aumento da distribuição de livros didáticos e literários.
- ✓ **Ideologia do planejamento** – gestões de Maria Alice Barroso (1970-1974), Humberto Sales (1974-1985), Fabio Lucas (1985-1986), Osmirio Lacet (1986-1987) e Wladimir Murtinho(1987-1990).

PROLER

- ✓ criado pelo Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, o “**Programa Nacional de Incentivo à Leitura**” atua por meio de uma rede de Comitês sediados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais ou educacionais, universidades
- ✓ trata-se de um programa que busca contemplar a variedade e a diversidade das práticas brasileiras de promoção da leitura em todo o país, refletindo inúmeros anos de experiência e de estudo dos profissionais que atuam na área. O projeto é, pois, uma proposta articulada dos múltiplos parceiros que, em âmbito nacional, desenvolvem ações de leitura em diferentes locais do Brasil ;
- ✓ Hoje está atrelado à **DLL** (Diretoria do Livro e Leitura) do MINC.

Lei do Livro – 10.753/2003

Institui a Política Nacional para o livro:

- **Art. 18.** Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Plano Nacional do Livro e Leitura

- ✓ O **PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura)** se apresentou em **2006** como parte de uma articulação entre o **Ministério da Educação** e o **Ministério da Cultura**, que contaram com o protagonismo constante da sociedade civil.
- ✓ O **PNLL** se inscreve como um **marco legal** para construir diretrizes, criar instâncias de regulação e acompanhamento e desenvolver canais para estabelecer os parâmetros lógicos, os fundamentos e dar ênfase às **políticas públicas do livro e da leitura**.
- ✓ O **PNLL** preconiza a existência dos planos municipais para dar sentido àquilo que seria chamado de **Sistema Nacional de Leitura**.

Eixos do PNLL

- ✓ Democratização do acesso;
- ✓ Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- ✓ Valorização do livro e comunicação;
- ✓ Desenvolvimento da Economia do Livro;
- ✓ Literatura (em SP)

Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo

- ✓ **2012:** um GD (grupo de discussão), composto por profissionais e militantes da área da leitura, reivindicou o **PMLLLB** junto aos candidatos à prefeitura;
- ✓ **2013:** primeiro encontro do **Plano Municipal do Livro e Leitura**;
- ✓ **2014:** é constituído do **Grupo de Trabalho do PMLLLB**;
- ✓ **Segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015:** são realizadas as plenárias, divididas em **temáticas e regionais**, para a confecção do **PMLLLB**;
- ✓ **Novembro de 2015:** o **PMLLLB** é aprovado pela Câmara Municipal e, em **dezembro**, é sancionado pelo prefeito.

Bibliografia

- ABDANUR, Elizabeth França. **Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938)**. 1992. 1992. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP.
- BOMENY, H. **Um poeta na política**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.); BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- CARVALHO, K. d. **Travessia das Letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999
- CHARTIER, Roger et al. A história cultural. **Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.
- FRIEIRO, E. **O diabo na livraria do Cônego**. São Paulo: Itatiaia: Universidade São Paulo, 1988.
- GONÇALVES, Monique de Siqueira; BESSONE, Tânia. O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: um espaço para a ciência médica Oitocentista. **Almanack**, n. 14, p. 241-286, 2016.
- JÚNIOR, PORTO; REBOUÇAS, Francisco Gilson. Educação na Primeira República (1889-1930). **Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, BA, ano**, v. 1, p. 23-32.
- MORAES R. B. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet Lemos, 2009.
- OITICICA, Ricardo. **“Tortuosas linhas: um histórico do Instituto Nacional do Livro”**. In: Anais da Biblioteca Nacional. vol. 116, 1996. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

Bibliografia

- ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia and ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ci. Inf.* [online]. 2006, vol.35, n.3 [cited 2019-07-23], pp.183-193. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000300017&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000300017>
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.); BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- SILVA, Karla Goularte da. Os nacionalismos nos livros de leitura da Primeira República (1889-1930). **Criciúma: UNESCO**, v. 93, 2010.
- SCHWARCZ, L. M., Azevedo, P. C., & Costa, A. M. (2002). **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- ZILBERNAN, Regina; LAJOLO, Marisa. Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos. 4ª ed. São Paulo: Global, 1986.
- VILLALTA, Luiz Carlos. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance. **Convergência Lusíada**, v. 21, p. 165-185, 2005